

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
8. IMOBILIZADO	20
9. INTANGÍVEL	22
10. FORNECEDORES	24
11. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. RECEITA LÍQUIDA	27
15. CUSTOS E DESPESAS	28
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	29
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Cemig Geração Itutinga S.A. é uma sociedade anônima que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Possui capacidade instalada de 52 MW e volume de geração de 163.670 MWh.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Itutinga S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a Companhia investiu R\$1.669 mil, desse montante destaca-se a aquisição de resfriadores de gerador e cabos de aço.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

Companhia obteve um resultado de R\$54.212 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$47.951 mil em 2024, um aumento de 13,06% impactado, principalmente, pela receita de Transações com Energia na CCEE.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$54.552 mil comparativamente aos R\$49.131 mil em 2024. A margem do LAJIDA foi de 84,20% no exercício de 2024 (84,27% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	54.212	47.951	13,06
Despesa de IR e CS	3.393	2.627	29,16
Depreciação/Amortização	642	628	2,23
Resultado Financeiro	(3.695)	(2.075)	78,07
LAJIDA	54.552	49.131	11,03

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita Operacional

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2025 foi de R\$36.943 mil, em comparação a R\$30.329 mil em 2024. A variação da receita refere-se, principalmente, ao aumento das transações com energia na CCEE, em função do maior PLD em 2025.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$32.572 mil em 2025 (R\$32.116 mil em 2024), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão. Em 2025 o IPCA foi de 4,26% (4,83% em 2024).

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$10.876 mil em 2025 (R\$9.802 mil em 2024), aumento de 10,95% decorrente, principalmente, de maior despesa com serviço de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$3.393 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 5,89% em relação ao lucro antes dos impostos de R\$57.605 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.627 mil, representando 5,19% em relação ao lucro de R\$50.578 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$54.212 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.711 mil para constituição de reserva legal;
- R\$25.751 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$25.750 mil para pagamento de dividendos adicionais;

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$13.501, dos dividendos adicionais, para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Itutinga S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)
ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.192	1.519
Títulos e Valores Mobiliários	4	416	3.261
Consumidores e Revendedores	5	7.151	6.258
Ativo Financeiro da Concessão	6	25.203	24.022
Tributos Compensáveis	7	10	47
Outros ativos		12	-
TOTAL DO CIRCULANTE		35.984	35.107
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	1.230
Tributos Compensáveis	7	917	862
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		83	53
Ativo Financeiro da Concessão	6	192.587	187.120
Imobilizado	8	13.394	12.040
Intangível	9	6.627	6.869
Direito de Uso		210	283
Outros ativos		27	49
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		213.845	208.506
ATIVO TOTAL		249.829	243.613

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	5.008	2.074
Encargos Regulatórios	11	278	325
Impostos, Taxas e Contribuições	12	421	424
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	949	534
Dividendos a pagar	13	25.751	22.777
Convênio de Compartilhamento	18	400	317
Passivo de Arrendamento		100	94
TOTAL DO CIRCULANTE		32.907	26.545
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	11	883	1.004
Impostos, Taxas e Contribuições	12	2.381	2.075
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	1.898	1.687
Passivo de Arrendamento		137	214
Outras Obrigações		4	8
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.303	4.988
TOTAL DO PASSIVO		38.210	31.533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital Social		151.309	151.309
Reserva de Lucros		60.310	60.771
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		211.619	212.080
PASSIVO TOTAL		249.829	243.613

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	14	64.786	58.305
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(363)	(354)
Custos de operação		(8.381)	(7.172)
		(8.744)	(7.526)
LUCRO BRUTO		56.042	50.779
DESPESAS	15		
Despesas gerais e administrativas		(2.038)	(2.274)
Outras despesas		(94)	(2)
		(2.132)	(2.276)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		53.910	48.503
Receitas Financeiras	16	3.825	2.204
Despesas Financeiras	16	(130)	(129)
		3.695	2.075
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		57.605	50.578
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(3.184)	(2.391)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	(209)	(236)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		54.212	47.951

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	54.212	47.951
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	54.212	47.951

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	151.309	15.175	40.718	-	207.202
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(20.296)	-	(20.296)
Resultado do Exercício	-	-	-	47.951	47.951
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.398	-	(2.398)	-
Reserva Especial - Dividendos obrigatórios	-	-	-	(22.777)	(22.777)
Retenção de Lucros	-	-	22.776	(22.776)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	151.309	17.573	43.198	-	212.080
Resultado do Exercício	-	-	-	54.212	54.212
Pagamento de reserva especial	-	-	(8.500)	-	(8.500)
Aprovação de dividendos adicionais ref. 2023	-	-	(20.422)	-	(20.422)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	2.711	-	(2.711)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(25.751)	(25.751)
Dividendos adicionais	-	-	25.750	(25.750)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	151.309	20.284	40.026	-	211.619

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	54.212	47.951
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	3.393	2.627
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(32.572)	(32.116)
Depreciação (Nota 15 b)	556	565
Amortização do direito de uso (Nota 15 b)	86	63
Juros Passivo de Arrendamento	20	24
Juros e variações monetárias (Nota 16)	(3.733)	(2.051)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(17)
	21.962	17.046
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	(893)	(1.505)
Ativo Financeiro da Concessão (Nota 6)	25.924	24.736
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	(472)
Tributos Compensáveis	(820)	(38)
Outros ativos	24	131
	24.235	22.852
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	2.934	902
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 12)	303	640
Encargos Regulatórios (Nota 11)	(168)	231
Convênio de Compartilhamento (Nota 18)	83	(91)
Outros passivos	(4)	(74)
	3.148	1.608
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	49.345	41.506
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.995)	(1.881)
Juros de arrendamentos pagos	-	(24)
Juros recebidos (Nota 4)	3.732	1.990
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.082	41.591
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(36.684)	(43.368)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	40.746	43.292
Em Imobilizado (Nota 8)	(1.669)	(1.346)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.393	(1.422)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos (Nota 13e)	(51.699)	(40.718)
Arrendamentos pagos	(103)	(76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(51.802)	(40.794)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.673	(625)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.519	2.144
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.192	1.519
	1.673	(625)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2022. Os 30% restantes da garantia física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de abril de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração financeira é apresentada em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);

- Nota 9 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.7 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027

Norma e principais alterações	Início da vigência
-------------------------------	--------------------

A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.

01/01/2027

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas Bancárias				60	64
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽¹⁾	CDI	95%	-	3.093	-
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15%	39	1.455
TOTAL				3.192	1.519

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	363	2.553
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	10,72% a 10,85	48	662
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1,00 a 122,90	5	46
				416	3.261

Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7% a 113,51%	-	1.230
				-	1.230
TOTAL				416	4.491

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos	Total 2025	Total 2024
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias		
Suprimento a outras concessionárias	-	4.286	-	4.286	4.092
Energia elétrica de curto prazo	-	2.612	253	2.865	2.166
Total	-	6.898	253	7.151	6.258

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	211.142	203.762
Recebimentos	(25.924)	(24.736)

Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	32.572	32.116
Saldo final	217.790	211.142
Circulante	25.203	24.022
Não Circulante	192.587	187.120

Política contábil

Para as usinas da Companhia, cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável se encontra na nota explicativa 9.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Circulante	2025	2024
ICMS, PIS/PASEP e Cofins	10	47
Não circulante	2025	2024
ICMS	142	205
PIS/Pasep e Cofins	775	657
Total	917	862
Circulante	10	47
Não Circulante	917	862
	927	909

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		9.384	(1.212)	8.172	8.673	(897)	7.776

Obras civis, benfeitorias e edificações	3,89	188	(11)	177	47	(8)	39
Máquinas e equipamentos	3,52	9.171	(1.201)	7.970	8.626	(889)	7.737
Móveis e utensílios	6,52	25	-	25	-	-	-
Em curso		5.222	-	5.222	4.264	-	4.264
Total	4,55	14.606	(1.212)	13.394	12.937	(897)	12.040

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transf. (B)	Valor Bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	8.673	-	711	9.384	(1.212)	8.172
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	141	188	(11)	177
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	8.626	-	545	9.171	(1.201)	7.970
Veículos	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	25	25	-	25
Em curso	4.264	1.669	(711)	5.222	-	5.222
Total	12.937	1.669	-	14.606	(1.212)	13.394

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	8.530	117	26	143	8.673	(897)	7.776
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	47	(8)	39
Máquinas e equipamentos	8.483	117	26	143	8.626	(889)	7.737
Em curso	3.061	1.229	(26)	1.203	4.264	-	4.264
Total imobilizado	11.591	1.346	-	1.346	12.937	(897)	12.040

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, limitadas ao período da concessão, são revisadas anualmente pela Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de depreciação foi de 4,55% (3,51% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. A vida útil desses ativos é determinada de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

9. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor
Em serviço		7.713	(1.086)	6.627	7.713	(844)	6869
Extensão da concessão - GSF	3,13%	7.713	(1.086)	6.627	7.713	(844)	6869
Total		7.713	(1.086)	6.627	7.713	(844)	6.869

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	7.713	-	(1.086)	6.627
Ativos da concessão - GSF	7.713	-	(1.086)	6.627
Total	7.713	-	(1.086)	6.627

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	7.713	-	7.713	(844)	6.869
Ativo da concessão- GSF	7.713	-	7.713	(844)	6.869
Total	7.713	-	7.713	(844)	6.869

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

Política contábil

Compreendem os ativos referentes ao direito de extensão da outorga. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela

Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	-	31
Materiais e Serviços	5.008	2.043
TOTAL	5.008	2.074

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 19.

11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20	15
Pesquisa Expansão Sistema Energético	21	16
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	173	243
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	43	32
Pesquisa e Desenvolvimento (a)	891	1.013
CDE sobre P&D	13	10
	1.161	1.329
Circulante	278	325
Não Circulante	883	1.004

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos para as contas de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Pesquisa Expansão do Sistema Energético e Pesquisa e Desenvolvimento são conforme segue:

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32	16	882	930
Adições	188	94	143	237
Pagamentos	(188)	(94)	-	(94)
Investimentos	-	-	(112)	(112)
Atualização financeira	-	-	100	100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32	16	1.013	1.061
Adições	234	116	163	513
Pagamentos	(223)	(111)	-	(334)
Investimentos	-	-	(387)	(387)
Atualização financeira	-	-	102	102
Saldo em 31 de dezembro de 2025	43	21	891	955

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	15	53
COFINS	-	132
PASEP	35	29
INSS	305	121
ISSQN	53	49
Outros	13	40
	421	424
Não circulante		
COFINS	1.957	1.706
PASEP	424	369
	2.381	2.075
TOTAL	2.802	2.499

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	20.284	17.573
Reserva Especial	-	43.198
Reserva de Retenção de Lucros	40.026	43.198
	60.310	60.771

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.711 de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$13.501 em 2025, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

c) Remuneração do Acionista

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2025 e 2024 foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do exercício	54.212	47.951
Reserva Legal constituída (5%)	(2.711)	(2.398)
	51.501	45.553
Dividendos obrigatórios	25.751	22.777
Dividendos adicionais	25.750	-
Retenção de lucros	-	22.776
Total dos Dividendos	51.501	45.553

d) Destinação do Resultado

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$54.212, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.711 para constituição de reserva legal;
- R\$25.751 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$25.750 para pagamento de dividendos adicionais;

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$13.501, dos dividendos adicionais, para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.777
Proposta de pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	8.500
Proposta de dividendos adicionais	20.422
Pagamento de dividendos	(51.699)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	25.751
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.751

14. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Transações com Energia na CCEE	12.656	7.167
Suprimento Cotas - Geração Própria	50.032	47.718
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	179	163
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	17
Realização do Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga (nota 6)	(25.924)	(24.736)
Fornecimento bruto de energia elétrica	36.943	30.329
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	32.572	32.116
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(4.729)	(4.140)
	64.786	58.305

a) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
ICMS	117	121
COFINS	2.082	1.869
PIS/PASEP	451	405
	2.650	2.395
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	163	143
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	233	204
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	117	102
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	204	101
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.291	1.134
CDE sobre P&D	71	61
	2.079	1.745
	4.729	4.140

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

b) Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

c) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15.CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custo com energia elétrica

	2025	2024
Encargos de Distribuição ⁽¹⁾	363	354
	363	354

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas operacionais ⁽¹⁾		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	784	1.025	784	1.025
Materiais	594	272	26	18	620	290
Serviços de Terceiros (c)	7.145	6.272	1.229	1.230	8.374	7.502
Depreciação	642	628	-	-	642	628
Outros custos/despesas	-	-	93	3	93	3
TOTAL	8.381	7.172	2.132	2.276	10.513	9.448

(1) As despesas gerais e administrativas se referem ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras."

c) Serviços de Terceiros

	2025	2024
Manutenção, Conservação e Instalação (1)	1.299	999
Convênio de compartilhamento – O&M	4.684	4.290
Conservação e Limpeza de Prédios	721	773
Meio Ambiente	970	938
Tecnologia da Informação	212	185
Auditoria externa	38	36
Consultoria	-	5
Vigilância	231	210
Outros	219	66
TOTAL	8.374	7.502

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	3.730	2.070
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	13	-
Outras	82	134
	3.825	2.204

Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(101)	(100)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(24)
Outras	(9)	(5)
	(130)	(129)
RESULTADO FINANCEIRO	3.695	2.075

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	485	313
Contribuição Social	463	221
TOTAL	948	534

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	1.237	1.104
Contribuição Social	661	583
	1.898	1.687

c) Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	61.680	61.680
ICMS ST	(117)	(117)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.925	7.387
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.797	3.797
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo Lucro Presumido	8.781	11.243
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.317	1.012
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	854	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.171	1.012
Ajuste ECF	1	-
Rendas de aplicações	3.730	3.730
Rendas de aplicações resgatadas	3.797	3.797
Rendas de aplicações não resgatadas	(67)	(67)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(17)	(6)
Receita por competência diferida	7.835	7.835
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	627	940
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	157	85
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Ajuste Diferido	(3)	-
Corrente	2.172	1.012
Diferido	133	75

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.892	54.892
ICMS ST	(121)	(121)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.382	6.573
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.036	2.036
Outras Receitas Financeiras	106	106
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.523	8.714
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	978	784
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	628	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.607	784
Rendas de aplicações	2.070	2.070
Rendas de aplicações resgatadas	2.036	2.036
Rendas de aplicações não resgatadas	34	34
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	9	3
Receita por competência diferida	7.536	7.536
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	603	904
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	151	81
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Corrente	1.607	784
Diferido	154	82

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	318	-	-	4.093	3.859	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	31	-	-	(363)	(353)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(984)	(1.088)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	320	-	-	-	-
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.955	772	-	-	(4.684)	(4.290)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	25.751	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$25.751. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	39	1.455	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	416	3.261	-	-	4	80	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.230	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	84	77
Participação nos resultados	31	21
Previdência privada	3	5
Total	118	103

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		7.151	7.151	6.258	6.258
Títulos e Valores Mobiliários		156	156	-	-
Ativos financeiros da Concessão		217.790	217.790	211.142	211.142
		225.097	225.097	217.400	217.400
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	3.132	3.132	1.455	1.455
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	207	207	3.783	3.783
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	48	48	662	662
Debêntures	2	5	5	46	46
		3.392	3.392	5.946	5.946
		228.489	228.489	223.346	223.346
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(5.008)	(5.008)	(2.074)	(2.074)
Passivo de Arrendamento		(237)	(237)	(308)	(308)
		(5.245)	(5.245)	(2.382)	(2.382)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo

divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	9	9	94	109	98	319
Fornecedores	2.791	4	1.385	810	18	5.008
TOTAL	2.800	13	1.479	919	116	5.327

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Perdas de créditos esperadas

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida por sua usina hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores e revendedores;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Os equivalentes de caixa e os valores mobiliários que não se enquadram como custo amortizado são mensurados como valor justo por meio do resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Itutinga S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2026.

Nelson Tamietti, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal